

Cidadania Digital

Tomás Patrocínio

A cidadania digital emergente	1
1. Relevância duma abordagem ontológica do conceito de cidadania	1
2. Novos sentidos de identidade e de pertença	4
3. Que definição para “cidadão digital”?	7
4. Novas dimensões da cidadania no contexto da sociedade actual	10
5. A importância da promoção do acesso às novas TIC	12
6. Centralidade das políticas públicas na promoção da literacia e da cidadania digitais	15
7. Correlação da cidadania com a educação e com a cultura	22
Referências	25

A cidadania digital emergente

1. Relevância duma abordagem ontológica do conceito de cidadania

Num tempo em que se começam a usar novos termos como “cibercidadão”, “netcidadão”, “cidadão digital” ou “cibercidadania”, tendo por enquadramento a emergência de uma nova cultura no âmbito de novas comunidades que se constituem nas múltiplas redes convergentes na Internet, o conceito e a compreensão do exercício da cidadania nas democracias parlamentares, está ainda, no entanto, muito ligado à ideia de Estado-nação e, portanto, quase exclusivamente associado à ideia de democracia representativa.

No contexto das democracias liberais e parlamentares, a cidadania é muitas vezes empregue essencialmente como sinónimo de civismo, ou de civilidade ou de participação nas instituições (cf. Coelho-Rosa, 2000: 337). Tal condiciona o cívico ao político, simplificando, de forma redutora, a compreensão e o exercício da cidadania como se esta estivesse somente relacionada com o funcionamento das instituições políticas que habitualmente legitimam apenas o poder de uma maioria censitária.

De resto, o problema da temporalidade democrática, habitualmente fixada em quatro ou em cinco anos na maior parte dos países de democracia parlamentar, o que se expressa através de eleições por sufrágio directo e universal, joga hoje contra a própria democracia representativa. Isso ocorre porque a celeridade da maior parte dos

problemas sociais, económicos, políticos e culturais não se compadece com as intenções de voto depositados nas urnas, apelando a intervenções permanentes ou intercalares dos cidadãos, fazendo emergir a concepção de democracia participada.

Quando a compreensão e o exercício da cidadania se resume à capacidade de voto isso coloca, no limite, o problema da representação, na perspectiva de serem cidadãos aqueles que votam, pois só seriam cidadãos os que atingiram a idade de voto (habitualmente os 18 anos de idade). Ficariam excluídos da cidadania as crianças e os jovens adolescentes ou outros que não adquiriram ainda o direito de voto. Que sentido poderia fazer, assim, propor-se e desenvolver-se uma educação *em e na* cidadania?

A vida dos cidadãos não se resume à sua dimensão política, ao conhecimento dos órgãos de soberania, ao conhecimento e à observância das leis, ao exercício do voto, ao pagamento de impostos; passa cada vez mais pelo social, pelas interacções e pelas relações interpessoais em contextos muito diversificados.

Nasce-se simultaneamente pessoa e cidadão. Pessoaalidade e cidadania são inseparáveis. Nesta visão, ser/tornar-se cidadão, exercer a cidadania, não é privilégio de ninguém. Assim, é pertinente a definição que Coelho-Rosa (2000: 338) dá de cidadania:

O conceito de cidadania terá (...) a mesma extensão (mas não a mesma compreensão) que o conceito de ‘hominidade’ (...) O conceito de ‘cidadania’ remete para a condição ontológica dos humanos, não para a sua condição ‘jurídica’ ou para a sua condição ‘política’ ou para qualquer outra condição ôntica.

A cidadania, vista nesta perspectiva ontológica, apela ao *empowerment* de cada indivíduo enquanto ser social, independentemente do seu estatuto social de governante ou de governado, de ser criança, jovem, adulto ou idoso, de pertencer ou não a uma maioria censitária, que consiste em dar-se poder a si próprio, de efectuar o governo de si mesmo, consiste em autonomizar-se, consiste em participar activamente na vida da cidade, antes da evocação dos direitos de participação ou da evocação de outras vertentes da lei.

A interpretação ontológica da cidadania inclui todas as suas dimensões (a política, a social, a cívica), quer de um ponto de vista individual quer colectivo, fazendo apelo ao desenvolvimento de uma cultura de respeito pelo outro e de uma maior auto-regulação social, colocando a pessoa/cidadão no centro dos processos sociais. De facto, na “era do acesso”, através das redes de base informática digital, que oferecem novas ferramentas para o exercício da cidadania, ocorrem muitas alterações no relacionamento interpessoal

e social e nas próprias estruturas de poder administrativo, social e político, portanto novos sentidos de partilha, exigindo um cidadão informado, com saber e com conhecimento, base de uma atitude pró-activa que diminua a distância entre a pessoa e os poderes públicos.

O cidadão é, de facto, um ser social e, nessa medida, a questão dos direitos pressupõe, simetricamente, a questão dos deveres, não apenas perante o Estado como entidade abstracta mas perante todas as pessoas.

Decorre desta visão, em relação à educação/formação, que o sentido ontológico da cidadania, o sentido da cidadania do ser, é o sentido adequado a nortear as estratégias e as práticas de educação/formação *em* e *na* cidadania, em que esta se imiscui nos actos de aprender e de ensinar e nessa medida se constitui como um novo paradigma educativo, dentro e fora da escola.

Na verdade, é duma prática educativa/formativa *em* e *na* cidadania, contextualizada em projectos de aprendizagem e de acção que pode emergir a compreensão dessa perspectiva, através da vivência e da experiência, do empenhamento e do envolvimento de cada pessoa na vida social da comunidade, construindo em permanência a sua identidade e os seus sentidos de pertença.

A cidadania, vista como reflectindo a pertença activa à vida da cidade, impõe-se como um conceito essencial. A compreensão e o exercício da cidadania, nesta acepção, poderão influenciar em larga medida o desenvolvimento económico, político, social, cultural, em suma, o desenvolvimento humano, contrariamente às posições cibercríticas ou cibernegativas exacerbadas, que vislumbram apenas catástrofes para a cidade cosmopolita emergente (Patrocínio, 2001: 102).

Numa assunção ontológica de cidadania não se pode considerar a existência de cidadãos passivos, porque ela é uma condição da natureza do ser. Os limites da cidadania democrática não podem conduzir a que o sistema democrático não deixe de ser considerado o melhor que até hoje foi construído pelos humanos e que, com a globalização, largamente proporcionada pelas TIC, se tem assistido à expansão da democracia. A democracia, ao apresentar-se inequivocamente como incompleta, exige uma reflexão permanente de todos e de cada um, que procure minorar os seus riscos mais ou menos graves de incompletude, entre os quais um dos mais preocupantes é o da indiferença cívica que pode ser conivente ou protectora de enormes injustiças e

exclusões sociais. Há, então, que promover a qualidade da democracia, dando importância ao combate ao risco de os cidadãos poderem tornar-se resignados, conformistas ou indiferentes à injustiça, ao clientelismo, à corrupção e a toda a espécie de ameaças à vida em comum, como a xenofobia, o racismo ou à discriminação de minorias.

A cidadania não é, portanto, algo que se concede, mas que é da ordem do ser, do ser informado, consciente, responsável perante a vida. Deve, contudo, sublinhar-se que não basta estar informado ou ter acesso à informação para que se esteja consciente do que quer que seja. No entanto, ter acesso à informação e estar informado é condição necessária para uma abertura de horizontes em relação ao exercício da cidadania, pois a informação e a interpretação da informação é um ponto de partida essencial para o conhecimento e para a participação.

2. Novos sentidos de identidade e de pertença

Na sociedade tecnológica digital globalizada que é percebida por todos, a cidadania não tem uma dimensão ligada exclusivamente ao espaço residencial ou nacional, mas apresenta um sentido mais global, mais universal dado que as pertenças de cada pessoa são múltiplas e cada vez mais diversificadas, enriquecendo a construção de sentido do que é ser cidadão. Não teremos que ver a globalização como um processo antagónico ou incompatível com a cidadania, do mesmo modo que não poderemos ver o exercício da cidadania confinado exclusivamente a um espaço territorial com fronteiras definidas, pois, essas fronteiras estão abertas ou tendem a abrir-se e a esbater-se.

Um novo cidadão está a emergir, agora parecendo ter um real sentido cosmopolita, universalista (do universal diverso e não do universal totalitário). Este cidadão, ou este conceito de cidadão, não tem apenas uma relação com a sua nação, com o seu país, mas tem uma relação com outras regiões e com o mundo, também tem relevância existencial nessas regiões e no mundo, tal como no seu espaço nacional. Veiga (2002: 440) coloca assim este problema:

Enquanto que, até um passado recente, o domínio da responsabilidade se limitava à esfera das relações de vizinhança e ao curto intervalo de uma geração, sabemos hoje que muitas das nossas intervenções se estendem à escala planetária e se prolongam muito para além da nossa geração. Num cenário limite, que não será exagerado considerar, as consequências de algumas das nossas intervenções serão irreversíveis e poderão mesmo pôr em causa a sobrevivência e o bem-estar globais.

O cidadão da sociedade actual é um cidadão que, ao lidar com a contemporaneidade, tem que estar um pouco para além de si próprio e do seu espaço nacional. Ser cidadão apenas porque se é português, francês, russo, americano, chinês ou de qualquer outra nacionalidade não tem/não pode ter mais o significado do meramente territorializado. Num tempo de desenvolvimento da multiculturalidade, a cidadania, apesar de ter uma base nacional, cada vez menos se pode resumir ao estatuto inscrito numa cédula pessoal, num bilhete de identidade ou num passaporte, isto é, a cidadania não se pode resumir aos direitos consagrados pelo que é conferido pela nacionalidade. Esta visão da cidadania, construída pelos desenvolvimentos dos Estados-nação, tem subjacente a concepção de que há como que uma base biológica da cidadania, uma ligação às questões da identidade à descendência dependente de laços de sangue, podendo-se mesmo, nesta acepção, afirmar que as identidades nacionais são identidades raciais.

Isso contribui para explicar como o resumir a cidadania a um sentido de identidade nacional tem conduzido, muitas vezes, ao nacionalismo e ao chauvinismo exacerbados, à xenofobia, à discriminação do outro, de forma desumana e violenta, no limite, ao terrorismo. Em oposição a esta perspectiva impõe-se a compreensão de que a identidade e o sentido de pertença são algo que se constroem em cada cidadão e que não pré-existem em ninguém, como qualquer coisa de hereditário ou de adquirido. A consciência de que, tendencialmente, nos dirigimos das comunidades locais e nacionais para as comunidades globais deverá coexistir com o desenvolvimento da criatividade e da capacidade de inovação a partir do local e da aprendizagem de lide com as diferenças.

No espaço europeu o Tratado de Maastricht, constitutivo da União Europeia, conferiu a cidadania europeia aos cidadãos dos vários Estados que a compõem, ao mesmo tempo que manteve a cidadania dos estados nacionais. Isto mostra que começam a emergir novos entendimentos de cidadania, nomeadamente o de cidadania supranacional, abrindo-se mesmo a possibilidade, apesar de polémica e não aceite consensualmente, para que emergja uma constituição europeia.

Poderemos denominar como “global” o novo cidadão que exerceria uma cidadania global?

Uma cidadania cosmopolita não indica, nem pode indicar um cidadão global, porque não existe um indivíduo abstracto, sem raízes. O novo cidadão, o cidadão

cosmopolita, tanto se relaciona com os de proximidade como com os distantes. A cidadania cosmopolita convive, digamos, com todas as especificidades das cidadanias locais. Importa, pois, valorizar a perspectiva de uma acção cidadã “glocal”, uma vez que é no espaço vivido, na experiência do quotidiano, real e virtual, que tudo ganha sentido e que o próprio sentido da nova sociedade se reifica, mas na concepção socrática de “cidadão do mundo”. Na verdade o homem é sempre um sujeito situado. A sua situação espaço-temporal é actualmente a de todos os espaços e de todos os tempos, circunstância que o abre/expõe a influências e que o projecta para além do seu espaço físico de vivência. Tal como afirma Freire (2001: 33): “Os homens enquanto ‘seres-em-situação’ encontram-se submersos em condições espaço-temporais que influem neles e nas quais eles igualmente influem.”

Touraine (1994: 319-320) remete para o seguinte pensamento essencial:

Reservemos para a cidadania um sentido mais secular, afastado de qualquer culto da colectividade política, nação, povo ou república. Ser cidadão é sentir-se responsável pelo bom funcionamento das instituições que respeitam os direitos do homem e permitem uma representação das ideias e dos interesses. O que é muito, mas não implica uma consciência moral ou nacional de pertença, a qual existe frequentemente, mas não constitui condição fundamental para a democracia.

A vida contemporânea combina cada vez mais o espaço local, onde realmente se habita fisicamente, com o ciberespaço (a vivência da comunidade virtual, através da comunicação social, sobretudo a rádio e a televisão, e da comunicação mediada por computador — a Internet e as redes digitais de comunicação móvel).

A cidadania tem hoje, necessariamente, que ser sustentada na teia complexa das várias pertenças de cada pessoa (a família, o bairro, a associação, o clube, a escola, a empresa, a região, o país, o mundo) que a envolve em participações umas vezes mais privadas, outras vezes mais públicas, muito diversificadas e até muito diferenciadas, por vezes mais consensuais, outras vezes mais altercadas, que são, nos tempos actuais, potencialmente mais activas com as novas tecnologias, quer por intervenção directa de cada cidadão quer mesmo por representação.

O sentido de pertença não estritamente nacional é valorizado quer pela aquisição de consciência de que todos e cada um têm responsabilidades perante a vida e a convivialidade no planeta e podem contribuir para a resolução ou minoração dos grandes problemas globais, como base de desenvolvimento humano e de inovação.

As sociedades actuais procuram fundar-se nos direitos humanos, no desenvolvimento de mecanismos internacionais de defesa desses direitos, na carta dos direitos humanos das Nações Unidas. A carta dos direitos humanos apresenta enorme potencial emancipatório para a humanidade mas só poderá tender a ser verdadeiramente universal se se considerar o multiculturalismo da sociedade tecnológica digital globalizada.

Esta sociedade comporta, pois, em si uma possibilidade, com crescimento exponencial, com a diversidade do humano que apresenta singularidades específicas conforme as suas origens geográficas, rácicas, religiosas, culturais, etc., e, ao mesmo tempo, de forma um pouco paradoxal, essa sociedade também evidencia a universalidade do humano e a relevância do reconhecimento mútuo das diferenças. Pode-se pois afirmar que as novas TIC são mediadoras de um conjunto de formas de experiência de si, do mundo e do outro, contribuindo para que cada um pense em si próprio como cidadão “glocal” num contexto multicultural.

Na sociedade tecnológica globalizada, por esta ser uma sociedade comunicativa e interactiva e por grande parte das actividades que se desenvolvem ocorrerem em rede com múltiplos intervenientes, os conflitos cultural, social, cognitivo, económico, político, envolvem, potencialmente, um número muito maior e mais diversificado de pessoas, o que é enriquecedor para a cidadania, o que converge com o que enfatiza Delors (1996: 43): “Compreender os outros, faz com que cada um se conheça melhor a si mesmo.” No entanto, a complexificação progressiva que se vive em todos os domínios confere uma enorme falta de homogeneidade às sociedades e aponta para a necessidade de uma maior consciência individual e colectiva dessa complexificação da realidade para que não se adoptem modelos simplistas e redutores como tentativa de resolução de problemas.

3. Que definição para “cidadão digital”?

A emergência de uma cidadania digital remete para uma análise do que podemos designar por cidadão digital e para os diferentes tipos da sua participação na vida *off* e *online*.

Uma designação muito popularizada entre os anglo-saxónicos para o cidadão da sociedade tecnológica digital é a de cibercidadão (*netizen*).

O termo *netizen* foi usado pela primeira vez, em 1992, por Michael Hauben em (1996). Hauben, afirma:

A história dos cibercidadãos é importante. Quando desenvolvia uma investigação *online* há quatro anos atrás para determinar quais as utilizações que as pessoas faziam das redes de comunicações computarizadas a nível global, apercebi-me de que havia uma nova instituição social, uma comunidade electrónica em desenvolvimento. Foi excitante explorar esta nova instituição social. Outras pessoas *online* partilharam esta excitação. Descobri a partir daqueles que me escreviam que as pessoas sobre quem eu escrevia eram cidadãos da *net*, ou cibercidadãos.

Hauben (1996) relevava o perfil dos emergentes *netizens*, precisando a sua posição de que *netizens* não são todos os utilizadores da *net*:

Há pessoas *online* que contribuem activamente para o desenvolvimento da *net*. Estas pessoas compreendem o valor do trabalho cooperativo e dos aspectos comunitários da comunicação pública. Estas são as pessoas que discutem e debatem assuntos de maneira construtiva, que respondem a *e-mails* das pessoas e organizam ajuda a novos utilizadores, que mantêm ficheiros sobre perguntas feitas frequentemente [*FAQ — Frequent Asked Questions*] e outros depósitos de informação pública, que alimentam *mailing lists*, etc. Estas são pessoas que discutem a natureza e o papel deste novo media comunicacional. Estas são as pessoas que como cidadãos da *net*, eu denominei como cibercidadãos. Contudo, estes não são todos os indivíduos. Os cibercidadãos não são todos os que estão *online* e não são especialmente pessoas que estão *online* para ganho ou lucro individual. Não são pessoas que utilizam a *net* vendo-a como um serviço. São antes pessoas que compreendem que é preciso um esforço e uma acção de cada um e de todos para que a *net* seja uma comunidade e um recurso regenerador e vibrante. Os cibercidadãos são pessoas que decidem dedicar tempo e esforço para fazer com que a *net*, esta nova parte do mundo, seja um lugar melhor. Aqueles que se escondem não são cibercidadãos e as páginas de vaidade não são trabalho de cibercidadãos. Embora as páginas vulgares não causem mal à *net* também não contribuem para ela.

Hauben reconhecia, contudo, que esta era uma concepção pessoal, sendo que o termo *netizen*, que emergiu das comunidades *online*, passou a ser largamente utilizado quer pela comunicação social falada e escrita, quer em livros científicos com significados múltiplos. A propósito, afirmava:

Desenvolveram-se dois usos do termo *netizen*. O primeiro é um uso geral para referir qualquer pessoa que utiliza a *net*, seja para que fim for. Assim, o termo *netizen* tem sido associado em certas circunstâncias a bom ou a mau. O segundo uso está mais próximo da minha interpretação. Esta definição é utilizada para descrever pessoas que se preocupam com a *Usenet* [*rede de comunicação em que Hauben desenvolveu a sua investigação*] e com a *net* em geral e trabalham visando a construção da natureza cooperativa e colectiva que beneficia globalmente o mundo. Estas são pessoas que trabalham para o desenvolvimento da *net*. Neste segundo caso, *netizen* significa actividade positiva, e nenhum adjectivo precisa de ser adicionado.

Poster (2002) designa por *netizen* o sujeito político constituído no ciberespaço. Para este autor trata-se de um termo que descreve aquilo que podemos ser apenas a tempo parcial uma vez que ninguém vive na *net* a tempo inteiro.

É uma constatação imediata, apesar da *net* ter já milhões de utilizadores em todo o mundo, que esse número ainda é pequeno quando se leva em conta todos os habitantes do planeta, como destacámos.

É também pertinente a constatação de que ninguém está *online* a tempo inteiro, mas é importante interrogar: o facto de não vivermos na *net* a tempo inteiro e de haver mesmo muitos que ainda não a vivem, pelo facto de viverem na sociedade tecnológica global não deverão, da mesma maneira, ser designados de cidadãos da sociedade tecnológica digital já que as lógicas da *net* perpassam todo o tecido social através do efeito de rede?

É uma questão que parece ter uma resposta afirmativa, pois, de outro modo, como se poderia explicar o facto da apetência que se constata generalizadamente pelas novas tecnologias de informação e comunicação, podendo-se dizer que a generalidade das pessoas deseja aceder a essas tecnologias e às redes digitais? O apelo ao acesso e à participação que a sociedade da comunicação encerra passa pelas cadeias de mediatização dos *media* tradicionais (telecidadania) e pela Internet (cibercidadania ou *e*-cidadania).

Poster (2002: 30) define assim o *netizen*:

(...) o *netcidadão* poderia ser a figura formadora de um tipo novo de relação política que partilha a fidelidade à acção com a fidelidade à *net* e aos espaços políticos planetários por ela inaugurados. Alguns traços estruturais da Internet encorajam, promovem ou pelo menos permitem trocas através das fronteiras nacionais.

A Internet contém, portanto, em potência, novas práticas de cidadania numa escala não exclusivamente nacional. Poster (2002: 30) mostra como as TIC, em particular a Internet, estão para além do Estado-nação e da possibilidade do seu controlo:

A exemplo de outros *media* tais como o telefone, a rádio e a televisão, a Internet desterritorializa as trocas, subtraindo-se à sua localização corpórea. Mas a Internet reterritorializa as trocas de uma maneira diferente daqueles outros *media*. *Media* de teledifusão como a rádio e a televisão encontram-se centralizados em pontos de emissão. Esses pontos localizam-se no espaço nacional e podem ser regulados e controlados pelos Estados. A arquitectura da Internet, em contrapartida, é própria de uma rede descentralizada. Qualquer ponto pode estabelecer trocas com outro ou com outros pontos, uma configuração que torna muito difícil, senão impossível, o controlo por parte do Estado-nação.

Apesar de a Internet ser, de facto, descentralizada e de muito difícil controlo, não deixa, contudo, de merecer reflexão e debate o facto de começar a surgir legislação reguladora do acesso a certos *sites* da Internet, com o aparecimento de sistemas de

filtragem de conteúdos, de barreiras de acesso, de rótulos e de etiquetas de classificação de conteúdos. Começam igualmente a surgir classificações de portais seguros.

Tal, no âmbito da cidadania, coloca preocupações muito legítimas ao nível dos direitos, liberdades e garantias, colocando-se também em relação à Internet, podendo-se cair facilmente em esquemas de controlo e em esquemas de censura mais ou menos explícita, pois o controlo pode ter sempre um sinal positivo ou um sinal negativo.

4. Novas dimensões da cidadania no contexto da sociedade actual

A sociedade tecnológica digital globalizada parece ser potenciadora da compreensão e da construção duma prática de novas cidadanias, fazendo emergir a sociedade civil, apresentando para isso condições muito favoráveis. No centro político de uma sociedade civilizada, está a pessoa que tem que desenvolver capacidades de se expressar livremente e de aprender a conviver com o outro independentemente da raça, da religião, da orientação sexual ou de outras diferenças marcantes em termos ontológicos, antropológicos ou sociais, o que é válido em todos os campos da acção humana, nos âmbitos económico, político, social, cultural e educativo.

As tecnologias de informação e comunicação e a organização social reticular emergente apresentam condições ecológicas que podem contribuir largamente para esse fim, favorecendo e facilitando lógicas de colaboração, de cooperação, de negociação de acordos, de protocolos, de convenções, de projectos comuns, de parcerias, de compromissos, que começam a perpassar em toda a sociedade como uma necessidade urgente e como vias de concertação na gestão de conflitos e base de políticas transformadoras. Tal comporta em si um projecto educativo humanizador.

Assiste-se, como nunca, a uma maior actividade de cidadania proporcionada pelas novas condições de comunicação entre as pessoas que se organizam em redes muito fortes em numerosos domínios. O activismo emergente da Internet gera comunidades, movimentos e sensibilidades que influenciam o poder político. Neste contexto, as comunidades virtuais que se vão constituindo, efêmera ou prolongadamente em permanente evolução, nas áreas científicas, académicas e culturais podem desempenhar um papel de grande protagonismo, por serem as que, até ao momento, já se encontram bastante envolvidas em inúmeras comunidades em rede, incluindo as dos países em vias de desenvolvimento.

Um certo sentido de “cidade global/glocal” está efectivamente a configurar-se como um horizonte cheio de possibilidades para a condição humana, mormente pela intensificação de relacionamento entre pessoas de todo o mundo, de modos formais e informais, quer em termos reais quer em termos virtuais, em todos os domínios da existência, quer no domínio local e regional, quer no domínio nacional e global.

Há inúmeras situações que demonstram que, com a Internet, tem sido possível expressar tomadas de consciência bem significativas, permitindo grandes acções de cidadania em torno de grandes causas numa contextualização global. São disso exemplos relevantes, entre muitos outros, as mobilizações relativas ao apoio à autodeterminação dos timorenses, ou à divulgação de posições relativamente à guerra contra o Iraque, sobretudo à sua contestação, ou à mobilização de cidadãos para manifestações pela divulgação de informações sobre os atentados terroristas na capital espanhola ou ao pedido de amnistia¹ para certos injustiçados ou a mobilização em grandes acções humanitárias.

Dentro destes exemplos, a Internet tem sido utilizada para expressar protestos de grande dimensão, para activar petições e intervenções significativas, em termos de *e-mail*, por exemplo, entupindo, literalmente, as caixas de correio electrónico de determinadas entidades que podem ter um papel-chave na resolução dos problemas visados em cada situação.

Tudo isto dá sentido à discussão política pública, ao debate público, dá relevância à “esfera pública” a que se refere Jürgen Habermas (1987). O espaço público é um espaço comunicacional, no qual se podem discutir opiniões e pontos de vista e, acima de tudo, formar opiniões favoráveis a um outro agir face a um mundo de enormes desigualdades e assimetrias.

Os tempos actuais exigem a capacidade de vivermos juntos a nível local, regional, nacional e global. Existe um apelo a que esta capacidade seja cada vez mais reflectida e equacionada como uma questão essencial, tornando-se um imperativo educativo, fundado em conhecimento e em compreensão reflexiva do mundo, numa perspectiva transversal de aquisições de competências de diálogo, de negociação e de perseguição

¹ Verificou-se um apoio de milhões de cidadãos, através da Internet, para que as cidadãs nigerianas Safya Hussaini e Amina Lawal, presas e condenadas à morte por lapidação devido a manterem relações fora do casamento, fossem libertadas. Essa solidariedade desencadeou intenso debate e um movimento de protesto na Nigéria contra a pena de morte que ainda se encontra vigente no sistema de justiça daquele país, existindo actualmente cerca de 500 pessoas condenadas à morte (cf. <http://www.es.amnesty.org/nigeria/paso2.php>, consultado em 15/07/2005).

de compromissos e encontro de formas de coexistência, por forma a que todo o tipo de conflitos possa ter soluções pacíficas e/ou pacificadoras e promotoras da convivialidade.

Urgem, assim, políticas de solidariedade, a par de acções e de projectos reais de desenvolvimento humano, e urge que os estados e os organismos de políticas multilaterais apoiem todas as perspectivas credíveis nesse campo, como é o caso das meritórias actividades de organizações não governamentais, de fundações e de outras instituições da sociedade civil muito relevantes no âmbito da constituição de novos poderes de cidadania baseadas, quase sempre, em princípios de actividades com fins não lucrativos, assegurando as suas actividades com base em trabalho social voluntário.

De facto, e apenas como exemplo, as ONG, muitas vezes apoiadas, no seu activismo, nas novas TIC e inspiradas na indignação perante a injustiça, a doença, as epidemias, a fome, a pobreza e a miséria ou na necessidade de educação ou de promoção de certo tipo de actividades económicas “não economicistas” (normalmente em oposição às práticas neo-liberais), ambientais, desportivas, culturais, etc., que reflectem o sentir de alguma sociedade civil, desdobram-se em acções humanitárias, inclusivas ou educativo/formativas, junto de muitas populações desfavorecidas um pouco por todo o mundo, cumprindo, em muito, o que poderia ser uma política multicultural e de solidariedade activa, extensível a toda a sociedade, mostrando uma via de reinvenção do político e da participação. Esta é uma possibilidade que o próprio sistema tem vindo a desenvolver que é o de a própria democracia produzir ou permitir a organização de poderes para além do poder governamental da maioria.

5. A importância da promoção do acesso às novas TIC

A fim de relevar o défice de contemporaneidade que se pode identificar nas sociedades actuais Carvalho (2000: 7) assinala: “Se vivemos todos, numa dada época um mesmo presente, não usufruímos por isso, contudo, necessariamente da contemporaneidade a que esse presente cronológico nos pode dar acesso.” Por seu turno, Schnapper (1998: 99) afirma, que “O princípio da cidadania impõe às sociedades democráticas que assegurem a cada um as condições de vida que lhe permitam exercer os seus direitos”.

Daqui decorre que o acesso às novas tecnologias é essencial, pois estas para além de meios facilitadores e potenciadores do trabalho e das interacções entre as pessoas são

também agentes de mudança das concepções do mundo. A tecnologia não é determinante mas é condicionante do desenvolvimento. Uma cidadania digital plena só pode efectivar-se quando o acesso à utilização dos meios tecnológicos de trabalho, pesquisa e comunicação estiver largamente assegurado, pois, não obstante as lógicas inerentes às novas TIC perpassarem toda a sociedade, essa sociedade manter-se-á empobrecida enquanto o acesso a todos os cidadãos não for garantido como um direito (cf. Patrocínio, 2004).

A inclusão digital torna-se, assim, um imperativo, pois sem *e*-cidadãos, pelo menos num número significativo, não haverá uma sociedade digital verdadeiramente inclusiva. Lévy (2000: 123) considera que, ao vivermos o ciberespaço, vivemos um novo tipo de cultura do universal, mais profundo, indissociável da ideia de humanidade:

Mesmo os mais ferozes críticos do ciberespaço rendem homenagem a esta dimensão pois eles lamentam com justeza que a maioria esteja excluída e que a África participe tão pouco nele. Que releva a reivindicação de ‘o acesso a todos’? Ela mostra que a participação neste espaço que reúne cada ser humano a qualquer outro, que pode fazer com que as comunidades comuniquem entre elas e entre si mesmas, que suprime os monopólios da difusão e permite que cada um exprima com quem se preocupa e por quem se interessa, esta reivindicação, revela, digo eu, que a participação neste espaço diz respeito a um direito, e que a sua construção se aparenta com uma espécie de imperativo moral.

O acesso à fruição da contemporaneidade é uma das condições de coesão social, nomeadamente o acesso ao que a contemporaneidade tem de mais emblemático: as novas tecnologias de informação e comunicação e, em particular, a Internet. Evidentemente que esta perspectiva pode ser muito criticada ao valorizar-se a existência de outras grandes prioridades. Ter-se-á que relativizar as acções de priorização do tipo de acessos às novas TIC, mas excluir completamente o acesso às novas tecnologias talvez possa assumir-se como um erro estratégico de combate à exclusão numa perspectiva holística.

Na verdade, em todos os países, o ciberespaço deverá chegar a todos e deixar, progressivamente, de ser privilégio de alguns, sendo essa também uma via de combate à tecnocracia.

Isso evidencia a necessidade do desenvolvimento de políticas de acesso e de preços desse acesso que sejam facilitadoras, uma vez que, mesmo nos países mais desenvolvidos, como já referimos, o acesso ainda continua a ser oneroso para os orçamentos pessoais, familiares ou empresariais.

Torna-se urgente modificar a forma de repartição das tecnologias entre pobres e ricos uma vez que os sistemas produtivos avançados estão hoje baseados na informação e no conhecimento e são as TIC que proporcionam o acesso a esses “bens” essenciais. No entanto, não deverão ignorar-se as razões das resistências e as críticas dos que desconhecem o mundo das novas tecnologias, seja por info ou ciberiliteracia, seja por infobia, seja mesmo por más experiências. Estes, aliás, não se devem confundir exclusivamente com os pouco qualificados, pois é uma forma de estar que perpassa todos os níveis socioeconómicos e culturais e coincide, muitas vezes, com pessoas de elevados níveis académicos e de responsabilidade e também, muitas vezes, com os próprios decisores. Neste processo é, pois, importante levar também em conta as reflexões críticas sobre a sociedade em emergência, provindas quer de tecnófilos, quer de tecnófobos e, de entre estes últimos, de neoluditeanos, uma vez que essas reflexões, apesar de serem quase sempre catastróficas ou “demonizadoras”, podem apresentar a vantagem de gerar maiores possibilidades para a fundamentação e maior humanização das sociedades actuais (cf. Patrocínio, 2004). Com efeito o novo nem sempre é melhor e também acarreta novos problemas nem sempre de fácil resolução.

É certo que os que usam as tecnologias, perante a “aceleração” do tempo, tornam-se tendencialmente super-humanos, com o seu saber e o seu saber fazer tecnológico, enquanto os info-excluídos dificilmente se libertarão da sua condição de info-ignorantes por si sós. Mas não será, com certeza, por os já incluídos na utilização quotidiana das novas TIC, de forma mais ou menos sofisticada, diminuírem ou se privarem do seu uso, de se tornarem menos cibernautas, que os info-excluídos passarão a ser em menor número (Patrocínio, 2004).

Os benefícios da Internet, em muitas circunstâncias, são gerais, facto para o qual Kerckhove (2001: 81) chama a atenção ao afirmar:

A Internet é frequentemente acusada de aprofundar a grande divisão entre os que a têm e os que a não têm. Mas é justamente ao contrário de ambos os lados; em primeiro lugar ela torna todos mais poderosos, não apenas os poderosos que entre eles ganharam acesso à Internet dum modo nunca anteriormente disponível. A Internet permitiu a organização de encontros como os de Seattle no WTO e como o de Porto Alegre. Em segundo lugar, por implicação, convida mesmo os membros de diferentes culturas e sociedades que não têm acesso directo ao discurso internacional, a partilhá-lo pelo menos por procuração.

Também Castells (2004: 17), não obstante considerar que a exclusão da rede é uma das formas mais graves de exclusão na nossa cultura, refere que “a Internet transcende o número de utilizadores, pois o que interessa é a qualidade de utilização da

rede” mesmo tendo em conta o abrandamento da difusão da Internet quando se entra no mundo do atraso tecnológico.

6. Centralidade das políticas públicas na promoção da literacia e da cidadania digitais

Dentro de uma perspectiva de desenvolvimento humano e de inovação, afigura-se como essencial que o acesso às novas tecnologias, ao domínio da sua utilização, ao seu uso crítico, o acesso a mundos novos, cheios de possibilidades e oportunidades, seja uma realidade com a qual as pessoas e os poderes públicos e todas as instâncias intermédias de decisão se devem preocupar.

A info-inclusão ou *e-inclusão*, enquanto parte visível de uma das dimensões da luta contra a exclusão social, enquanto proposta de cidadania efectiva, depende em larga medida da visão favorável e esclarecida que houver sobre a promoção e a facilitação do acesso, sobre a necessidade de operacionalização de infra-estruturas e políticas de acesso e conectividade, numa sociedade em que a informação e o conhecimento são elementos diferenciadores em relação ao passado tornando-se a ciberliteracia uma questão central.

Torna-se também muito importante o entendimento que se tem da ciberliteracia, pois, muitas vezes, as tentativas de inclusão informática pecam precisamente por serem excessivamente informáticas, gerando ou promovendo a infofobia ou frustração por não se centrarem em usos concretos e contextualizados, aspecto que muito deve preocupar as instituições de educação/formação.

A nível mundial existe uma grande sensibilidade aos problemas de expansão da “sociedade da informação”. A Organização das Nações Unidas lançou a Cimeira Mundial da Sociedade da Informação (CMSI) com duas fases, a primeira em Genebra na Suíça em 2003 e a segunda em Tunes na Tunísia em 2005. Visa-se atingir um conjunto de objectivos que valorizem políticas multilaterais para a conectividade nos mais diversos sectores. Da análise do documento apresentado pela ONU sobre esta cimeira podem considerar-se palavras-chave para se atingir um roteiro da gestão global da sociedade da informação: promoção do acesso e da conectividade, modelos de difusão da informação, protecção da confidencialidade e segurança das redes.

O documento base de preparação desta cimeira² considera que

A CMSI deverá ser uma oportunidade estratégica para se chegar a um acordo internacional, ao mais alto nível, quanto a um determinado número de objectivos e alvos precisos relacionados com a sociedade da informação, com níveis de referência e calendários para a medição do progresso tendo em vista a sua realização e ajudar a criar e lançar alianças de partes interessadas múltiplas, tendo em vista a acção e baseadas em compromisso concretos.

Mas o acesso só por si não tem valor absoluto se não for acompanhado de medidas de “formação” pública, se não for, portanto, socializado não só do ponto de vista do acesso à infra-estrutura e do incremento da conectividade mas também do ponto de vista do domínio razoável da utilização dos meios, o que é uma questão de educação/formação.

No que respeita ao papel do Estado ele é muito relevante, historicamente, para combater o conservadorismo tecnológico. Hoje, mesmo que o Estado se encontre fragilizado, as políticas públicas continuam a ter a importância que Castells (2004: 8) lhes atribui ao salientar:

(...) se a sociedade não determina a tecnologia pode, sobretudo através do Estado, sufocar o seu desenvolvimento ou, em alternativa, mais uma vez através do Estado, a sociedade pode entrar num processo acelerado de modernização tecnológica capaz de mudar o destino das economias, do poder militar e do bem-estar social em poucos anos. De facto, a capacidade ou incapacidade das sociedades em dominarem a tecnologia, em particular as tecnologias que são estrategicamente decisivas em cada período da história traça o seu destino a ponto de podermos dizer que, embora por si mesma não determine a evolução histórica e a mudança social, a tecnologia (ou a sua ausência) molda a capacidade de transformação das sociedades, assim como os usos que aquelas, através de um processo conflitual, resolvem dar ao seu potencial tecnológico.

O estudo desenvolvido por Pereira (2002: 160) mostra que “sem políticas públicas não teria havido o desenvolvimento e o incremento da Sociedade da Informação na União Europeia e em Portugal.”

O combate à info-exclusão e a promoção da literacia tecnológica têm necessariamente que se desenvolver com projectos concretos e contextualizados abrindo espaços de saber presenciais e também espaços de saber em linha.

Desde há duas décadas que no âmbito da educação se têm vindo a desenvolver projectos ao nível dos ensinos básico e secundário. É possível nomear várias iniciativas com dimensão nacional significativa em numerosos países, desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, com maior e menor êxito. Para dar apenas alguns exemplos de projectos e programas de iniciativa governamental ao nível dos ministérios da educação:

² In <http://www.onuportugal.pt/cimeirailinks.html>, consultado em 15/07/2005.

nos anos de 1980, em França, o programa *Informatique pour Tous*; em Espanha, o projecto *Atenea*; em Inglaterra, o *Microelectronics Education Programme* (MEP) e os programas coordenados pelo *National Council of Technologies in Education*; em Portugal, o Projecto Minerva³; nos anos de 1990, no Chile, o projecto/rede Enlaces. Mais recentemente, em Portugal, a utilização educacional do computador e das redes telemáticas, tem sido desenvolvida no âmbito do programa Nónio-Século XXI⁴, criado pelo Ministério da Educação, iniciado em 1996/97, e do Programa Internet nas Escolas⁵, criado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, iniciado em 1997/98 e coordenado pela uArte (Unidade de Apoio à Rede Telemática Educativa), que ficou transitoriamente na dependência da UMIC.

Ainda por iniciativa ministerial outros programas, como o Programa Interministerial para a Promoção do Sucesso Educativo⁶ (Pipse) ou o Programa Educação para Todos⁷ (Pept) ou o Programa de Educação Multicultural/Entreculturas e o Programa Ciência Viva⁸ (lançado pelo ex- Ministério da Ciência e da Tecnologia), ou o Programa Boa Esperança, Boas Práticas⁹ (da responsabilidade do ex-Instituto de Inovação Educacional), proporcionaram a possibilidade de financiamento para as escolas se equiparem com meios informáticos e desenvolverem redes e projectos nos quais as novas TIC são meios importantes, incluídos em projectos de inovação pedagógica.

Com a afirmação da Internet e emergindo de esforços levados a cabo desde os anos de 1990 na criação de redes educativas e de programas europeus, numa dimensão

³ Minerva — Meios Informáticos no Ensino: Racionalização, Valorização, Actualização (1986/1994); este projecto integrou ainda outros dois projectos de menor dimensão que visavam exclusivamente o ensino secundário (Iva — Informática para a Vida Activa (1990/91) e Forja — Formação de Jovens para a Vida Activa — Fornecimento de Equipamentos, Suportes Lógicos e Acções de Formação de Professores (1992/93). A criação oficial do Projecto Minerva data de 31 de Janeiro de 1985, tendo sido formalizada através do Despacho 206/ME/85 publicado no Diário da República, II Série, de 31/10/85. O projecto foi referenciado no *Livro Verde para a Sociedade da Informação* (1997: 45) no qual se pode ler: “Pela sua longevidade e implantação a nível nacional, o Projecto Minerva foi um marco importante na sensibilização de professores e alunos.”

⁴ Este programa, cuja designação visa homenagear a obra do matemático português Pedro Nunes, foi homologado em 4 de Outubro de 1996 e publicado em Diário da República, II Série, Desp. 232/ME/96, de 29/10/96. Surgiu com os mesmos objectivos do Programa de Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação (Edutic) que visava dar continuidade às actividades do Projecto Minerva que apesar de homologado em Março de 1995, mas não chegou a ser objecto de despacho ministerial. O projecto encontra-se também referenciado no *Livro Verde para a Sociedade da Informação* (1997: 45-46).

⁵ Este projecto está também referenciado no *Livro Verde para a Sociedade da Informação* (1997: 17).

⁶ Criado em 1988 (já extinto).

⁷ Criado em 1991 (já extinto).

⁸ Criado em 1996 (já extinto).

⁹ Criado em 1998 (já extinto).

de desenvolvimento da cidadania europeia, foi criada a rede das redes europeias da educação, a *European SchoolNet*¹⁰, que apoia também projectos e actividades significativas na dinamização de actividades colaborativas entre professores e alunos das escolas europeias.

Uma actividade importante desenvolvida em termos europeus, que tem permitido a concretização de muitas actividades mobilizadoras de alunos de muitas escolas, desde 1997, é a *Netd@ys*¹¹, sob o patrocínio da Comissão Europeia. Esta iniciativa, destinada a todas as pessoas, mas com incidência nos jovens dos 15 aos 25 anos, culmina numa semana, em Novembro de todos anos, para a divulgação de trabalhos *on* ou *offline*, dentro e fora da Europa, sobre um tema previamente escolhido e trabalhado dentro de conteúdos pedagógicos de qualidade.

Tem havido muitas outras formas de penetração das TIC nas escolas portuguesas, nomeadamente através, entre outros, dos programas de equipamento para o ensino vocacional, das iniciativas de alguns organismos regionais de educação e do auto apetrechamento que escolas mais vanguardistas e que melhor interpretam a sua autonomia em termos de projecto educativo¹² têm concretizado, recorrendo aos seus próprios orçamentos, a projectos específicos ou a parcerias e colaborações com o apoio de instituições públicas e privadas.

Um passo importante no sentido de alguma concertação no âmbito das políticas europeias para as tecnologias de informação e comunicação foi dado em 1995 com a publicação do *Livro Branco sobre a Educação e a Formação, Ensinar e Aprender Rumo à Sociedade Cognitiva*.

Também em Portugal um dos esforços concertados de debate em torno do desenvolvimento da sociedade tecnológica dando perspectivas articuladas para as políticas públicas dos diferentes ministérios traduziu-se, em meados da década de 1990,

¹⁰ Cf. <http://www.eun.org>, consultado em 15/07/2005. A *European SchoolNet* é uma rede internacional, de mais de 26 ministérios da educação, cujo objectivo principal é o de desenvolver métodos de aprendizagem para as escolas, os professores e os alunos da Europa. A rede oferece uma visão de conjunto da utilização educacional das TIC aos decisores políticos e aos profissionais da educação (*European Schoolnet is an international partnership of more than 26 European Ministries of Education developing learning for schools, teachers and pupils across Europe. We provide insight into educational use of ICT (information and communications technology) in Europe for policy-makers and education professionals.*)

¹¹ Cf. <http://www.netdays.fdti.pt/sitept.html>, consultado em 15/07/2005.

¹² A autonomia das escolas está consagrada na lei através do Decreto-Lei 115/A/95 — Autonomia das escolas. Aí se estabelece que as escolas, conjuntamente com a comunidade educativa, têm autonomia para desenhar o seu projecto educativo próprio, complementado por um regulamento interno e por um plano de actividades anual.

nas orientações do *Livro Verde para a Sociedade da Informação* (1997: 8) em vários domínios, incluindo o da educação/formação:

Neste Livro Verde reconhece-se que a Sociedade da Informação pode contribuir para a melhoria do bem-estar dos cidadãos, em virtude de facilitar a construção de um Estado mais aberto, a inovação no ensino e na formação profissional, o acesso ao saber, o desenvolvimento de novas actividades económicas e o aumento da oferta de emprego com níveis de qualificação profissionais mais elevados, entre outros contributos positivos.

No caso europeu, com repercussões directas sobre Portugal, se atentarmos nas grandes opções que a Comissão Europeia tem efectuado e nas decisões das Cimeiras da UE, deparamo-nos com os Programas *e-Learning*¹³ e *e-Europe 2005*¹⁴, os quais tiveram como objectivos fomentar a criação de emprego, impulsionar a produtividade, modernizar os serviços públicos e oferecer a todos a oportunidade de participarem na sociedade da informação. Estes programas desenvolvem-se agora num novo programa de desenvolvimento e consolidação, convergente com os seus objectivos e acções já concretizadas: *iEurope 2010*¹⁵. Pode destacar-se que a Comissão tem vincado a importância dos países membros da EU incluírem as novas TIC nas suas políticas económicas, sociais e educativas. Trata-se de uma visão de desenvolvimento da cidadania europeia enquadrada na chamada *Estratégia de Lisboa*, delineada na Cimeira de Lisboa de Março de 2000, que definiu como objectivo estratégico que a UE se torne na economia do conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo em 2010. Nesse sentido, foi reforçada uma política de educação e de formação, num quadro de aprendizagem ao longo da vida, congregando sinergias com as áreas da juventude, do emprego, da inclusão social e da investigação.

¹³ Em 2001, foi adoptado pela Comissão Europeia o Plano de Acção *eLearning*. A Comissão definiu *eLearning* como: “a utilização das novas tecnologias multimédia e da Internet, para melhorar a qualidade da aprendizagem, facilitando o acesso a recursos e a serviços, bem como a intercâmbios e colaboração à distância”. Esta iniciativa visa uma intensificação do esforço de formação a todos os níveis, nomeadamente pela promoção de uma cultura digital para todos e a generalização de formações adequadas a docentes e formadores, que contemplem não só a formação no domínio da tecnologia, mas sobretudo no domínio da utilização pedagógica da tecnologia e da gestão da mudança (cf. http://www.cijdelors.pt/agenda/flash1/a_000205.html, consultado em 15/07/2005).

¹⁴ Em 2002, em Barcelona, o Conselho Europeu estabeleceu como meta garantir, no final de 2003, um *ratio* de 15 alunos por computador em linha, para fins de ensino nas escolas da UE [*objectivo ainda não atingido em muitos países da EU incluindo Portugal*]. As redes transeuropeias que ligam redes nacionais de investigação e ensino foram substancialmente melhoradas, mas, ainda assim, poucas escolas estão conectadas. Apelou ainda ao desenvolvimento das qualificações digitais através da generalização de um certificado informático e de Internet para os alunos do ensino secundário, bem como à realização de um estudo de viabilidade a fim de identificar as opções destinadas a auxiliar as escolas secundárias a estabelecer ou a desenvolver uma geminação via Internet com outras escolas noutros pontos da Europa (cf. http://www.cijdelors.pt/agenda/flash1/a_000205.html, consultado em 15/07/2005).

¹⁵ Cf. http://europa.eu.int/information_society/eeurope/i2010/i2010/index_en.htm

As políticas públicas europeias desempenham um importante papel em todos os domínios de penetração da Internet: na educação, na saúde, na administração e no governo, nos transportes, no controle de qualidade, na segurança, etc.

Portugal tem correspondido com programas nacionais articulados com resultados positivos na promoção do acesso às novas TIC. Nos últimos anos as políticas públicas para a sociedade da informação foram coordenadas, acompanhadas e avaliadas pela Unidade de Missão Inovação e Conhecimento com projectos vastos em torno da banda larga, da formação nas novas tecnologias de informação e comunicação, do governo electrónico, da democracia electrónica, da inovação em TIC, do desenvolvimento de conteúdos para a Internet, de apoio ao empreendedorismo empresarial na Internet.

Parece importante que as iniciativas em curso não sejam de todo fragilizadas sendo essencial que todas as redes de escolas dos diferentes níveis de ensino tenham acesso à banda larga e que a produção de recursos pedagógicos partilhados se torne uma realidade e ainda que se proceda a uma disponibilização de publicações em linha do tipo biblioteca do conhecimento online como foi desenvolvida para o ensino superior, com acesso a livros, a dicionários e a enciclopédias.

Uma iniciativa importante é a da constituição do Portal do Cidadão que visa congregar os principais serviços da administração pública e outras entidades ou empresas prestadoras e serviços de cariz público para a disponibilização de informação em linha sobre esses serviços ou a resolução de problemas a distância.

De entre os programas promotores da cidadania digital é significativo o Programa Cidades e Regiões Digitais¹⁶ que visa a abertura de acessos à Internet em locais públicos com acompanhamento que se poderão denominar tele ou cibercentros. Este programa, como outros no campo do *e-government* e do *e-local government* (autarquias digitais¹⁷)

¹⁶ De acordo com Luis Borges Gouveia e Joaquim Borges Gouveia (2003:191) “O conceito de *cidades digitais* implica uma lógica de raciocínio que englobe não só a autarquia, mas também demais instituições de um território associadas de modo a partilharem informação e envolvendo todos numa prática que permita a livre circulação e criação de informação de suporte à interacção. Desta forma, não será apenas mais fácil, mais rápido e mais eficiente a troca de informação. Daqui tem que resultar ganhos na atitude e na própria lógica de gerir a informação que leve à apropriação, por parte de uma região, do seu próprio património de informação (...) uma imagem digital do território associado.”

¹⁷ Gouveia e Gouveia (2003: 190) afirmam que “A autarquia digital enquanto conceito prepara o funcionamento orgânico e quotidiano de uma autarquia para o suporte digital, alterando práticas de forma mais profunda que a simples inclusão de um canal Web ou a agilização e racionalização de processos. Também a este nível o impacto da transparência de informação, do acesso à informação e de uma potenciação da interacção com o munícipe muda mais que as ferramentas; muda atitudes para as quais o munícipe tem de ser e estar preparado.”

foi integrado, em Portugal, no PASI, Plano de Acção para a Sociedade da Informação¹⁸ e a ele se têm candidatado inúmeras autarquias tendo concretizado projectos relevantes.

O acompanhamento ou formação pública deve não só preocupar-se com a alfabetização informática e com a manutenção de sistemas, mas com o apoio às pesquisas em rede e à iniciação ao correio electrónico, bem como ao apoio à construção de páginas na rede e ao seu armazenamento. Na verdade, há necessidade de apoios e protecções institucionais para dar equidade ao acesso e para promover e acompanhar a aquisição e desenvolvimento de fluência tecnológica¹⁹, pois uma aprendizagem mais consistente resulta de um ritmo de trabalho regular acompanhado.

No campo estrito da educação, entendida como sistema escolar, são muito significativos os esforços dos projectos de introdução das novas TIC nas escolas, quer na sala de aula quer noutros espaços educativos. Na verdade, a reconstrução da vida pessoal na sociedade tecnológica digital globalizada necessita de protecções institucionais e, no âmbito educativo/formativo específico, a protecção das instituições educativas (Tedesco, 1999: 122).

Mas, com efeito, ao observarmos a realidade podemos com alguma facilidade concluir que as experiências desenvolvidas, apesar de muito contribuírem para a formação digital, são ainda insuficientes, sem a implicação que já seria desejável neste momento, como mostram, as estatísticas de instalação de acesso à Internet nas empresas, nas casas particulares e nas escolas. A pertinência desta constatação continua a fazer emergir a necessidade de acelerar a acessibilidade e a utilização das TIC na educação, através de medidas mais eficazes e inclusivas. Tais medidas têm que concretizar efectivamente aquilo que é evidente e é aceite como uma necessidade absoluta por inúmeros autores, observadores e investigadores, e é desejado também pelos cidadãos, pelas pessoas comuns. Ou seja, que a imperiosa necessidade de inclusão das novas tecnologias, no mundo escolar e em todos os espaços educativos, como, aliás, na sociedade em geral, se exige como uma prioridade se não queremos continuar a

¹⁸ Programa em curso no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio no contexto dos apoios da União Europeia a Portugal.

¹⁹ A fluência tecnológica é algo que, no entanto, depende mais do esforço e empenho individual do que de muitas acções de formação e também do modo como cada pessoa se abre à experiência tecnológica. Pinto (2002: 241) destaca que “Qualquer utilizador mediano de um *PC* sabe que, independentemente das aprendizagens anteriormente conseguidas, o trabalho que se realiza é sempre uma aventura, sempre uma experiência, sempre um descobrir mais e melhor, quer ao nível das aplicações quer ao nível do desempenho.”

formar cidadãos para um mundo que já não existe, que pertence a um tempo que já não é o tempo contemporâneo.

7. Correlação da cidadania com a educação e com a cultura

Para que se possa viver *em* e *na* cidadania, em termos reais ou virtuais, é preciso conhecimento. Esse conhecimento é necessário para que se desenvolva um espírito empreendedor e se tomem iniciativas capazes de se auto-sustentar e para que a constante necessidade de debate, de negociação, de intervenção de cada cidadão permita efectuar escolhas informadas e que as intervenções resultantes dessas escolhas sejam livres, sejam conscientes em relação ao bem social como utopia a perseguir.

Dever-se-á, com efeito, considerar que existe uma significativa correlação entre educação, desenvolvimento e exercício da cidadania. Uma população informada, uma população com um nível de educação elevado, forma uma sociedade mais emancipada, com maior capacidade científica, económica, política e cultural, portanto, mais desenvolvida e potencialmente mais empreendedora.

A sustentação da competitividade das economias e das sociedades no contexto da globalização está muito relacionada com a capacidade de aprendizagem das pessoas/cidadãos e com a informação, o saber e sobretudo o conhecimento que dominam e ainda com o acompanhamento da sua actualização constante na sociedade “tecno-lógica” (Patrocínio, 2001: 95).

Tal transporta-nos para a escola, como espaço principal de educação, mas também para fora da escola, para os múltiplos espaços educativos de que dispomos, desde os centros de animação cultural, aos museus, às bibliotecas e outros centros de recursos educativos e formativos e, ainda, para os espaços públicos e privados em geral.

Se nos reportarmos concretamente à escola, nesta relação entre educação e um melhor exercício da cidadania não basta que se assista à ampliação do número de anos da escolaridade obrigatória, como se tem vindo a verificar por todo o mundo, sobretudo nos países mais desenvolvidos, aspecto importantíssimo que muito tem sido influenciado pela globalização. Afigura-se como essencial a problemática da qualidade das aprendizagens que se desenvolvem nas escolas, a evolução das metodologias e dos contextos de aprendizagem tendentes a que esta seja significativa e articulada com a

vida e adaptada a diferentes estilos de vida com o saber, acima de tudo respeitadora das diferenças e das capacidades.

A cidadania constitui-se, assim, como um novo paradigma educativo na sociedade tecnológica digital, a nortear as práticas de ensino e de aprendizagem, dado termos todos os tempos e todos os espaços ao nosso alcance a partir de um ecrã, de um teclado de computador e de um rato. Esta circunstância faz com que se cruzem constantemente em todos os momentos do dia-a-dia exigências cognitivas, éticas e relacionais no sentido de a educação ser o lugar de luta por uma globalidade que seja espaço de saber e não de poder (Coelho-Rosa, 2000c).

Muitas vezes aponta-se que o acesso às novas TIC pode favorecer ou mesmo aprofundar as desigualdades sociais, o fosso entre os mais favorecidos e os menos favorecidos, o que se constitui ou pode constituir como um risco real. Na verdade, quem possui computador e ligação à Internet no seu espaço doméstico tem acesso a um mundo bem diferente do daqueles que o não podem fazer. Ora essa é uma razão importante para que se consolide a real introdução do computador na escola numa perspectiva de criação de igualdades de oportunidades, numa opção de formação de cidadãos com as mesmas possibilidades de acesso e de utilização, o que se pode apontar como uma das funções socializadoras actuais das escolas. É claro que essa situação apenas pode minorar as desigualdades de acesso, mas “será a não utilização do computador na escola que pode ter um efeito muito sério na manutenção das disparidades sociais existentes” (Ponte, 1997: 118).

Ponte (1997: 119) refere ainda vários trabalhos de investigação que

parecem indicar que o agravamento das desigualdades só ocorrerá se as escolas não se mostrarem capazes de enfrentar devidamente o problema, proporcionando a todos os alunos oportunidades para trabalharem com as novas tecnologias.

Numa reflexão sobre ciberdemocratização, Philippe Perrenoud (1998), professor da Universidade de Genève, investigador sobre as questões do ensino e da aprendizagem, em particular nas escolas, considerando que todos os utensílios informáticos e telemáticos que permitem o uso do multimédia, das redes mundiais, da realidade virtual, introduzem transformações importantes, nomeadamente nas relações sociais, nas formas de se trabalhar, de se informar, de se formar, de se distrair, de consumir, de falar, de escrever, de entrar em contacto com alguém, de consultar, de decidir e, pouco a pouco, de pensar, alerta, de forma talvez bastante cautelosa, mas

merecedora de atenção, para a problemática da introdução das TIC nas escolas, dizendo (Perrenoud, 1998):

A escola não pode pôr-se à margem destas transformações. Não faltam espíritos, nem todos desinteressados, para incitarem à integração na ‘revolução numérica’. A minha proposta não é a de combater esta mensagem, mas tão somente a do mito libertador e igualitário que por vezes ela veicula: a alienação e as desigualdades intelectuais e culturais manifestam-se de forma diferente perante as novas tecnologias do que perante o livro, mas não desaparecem como que por magia e podem mesmo agravar-se provisoriamente, ou mesmo de forma durável, se não levarmos isso em linha de conta.

Este autor (Perrenoud, 1998) reforça uma visão para a utilização cuidadosa das TIC, o que na nossa perspectiva, valoriza a importância de a Educação tomar as novas TIC como um campo essencial de investigação:

A exclusão que denunciamos hoje decididamente tem sempre uma face visível — a desigualdade de acesso aos bens, aos serviços, às informações — e uma face encoberta, a desigual compreensão das instituições, das leis, dos mercados, das forças e das estratégias que governam o mundo. Para lutar contra a primeira exclusão, é necessário ir muito para além da iniciação. Para combater a segunda, é necessário muito simplesmente que a escola faça o seu trabalho principal: dar a todos os meios para pensar livremente, para oferecer uma alternativa à guerra civil aberta ou latente (...). A Internet acentua esta exigência, como tudo o que complexifica o mundo. Seria bastante angélico pensar-se que a simples intrusão das redes na escola é um progresso. Assim quando vos dizem NTIC, pensem NTIC²⁰: novos tipos de desigualdades culturais!

Estas considerações fazem bastante sentido, contudo, mesmo para os alunos que possuem um computador em casa, as utilizações efectuadas na escola podem, claramente, abrir-lhes horizontes para as suas utilizações mais individuais e, por outro lado, serem um recurso para os seus colegas ou para o próprio professor e para outros adultos. Além disso, não é líquido que por se possuir um computador e um conjunto de periféricos considerável e uma ligação à Internet de banda larga saibam utilizar esses equipamentos nas várias dimensões das suas potencialidades ou que, só por isso, se tenham melhores desempenhos ou se façam melhores utilizações do que os de alunos que não os possuem.

Thornburg (2002: 17) parte do princípio de que não é o tamanho da Internet que é interessante, o mais interessante é o uso que dela se faz, uma vez que a oferta digital está acessível nas pontas dos dedos. Este autor afirma:

Quando me perguntam o que é que o futuro nos reserva, eu respondo sempre ‘Observem o vosso teclado de computador — está mesmo na vossa frente: *Shift Control*’. Tal como disse, em 1998, um responsável da IBM, ‘A emergência de redes poderosas respeita a muitas coisas, mas é sobretudo uma questão de transferência de poder’. Nunca se disseram palavras tão verdadeiras.

²⁰ NTIC: Nouveaux Types d’Inégalités Culturelles.

Ora esta é mesmo uma questão essencial, a da transferência de poder. Na sociedade tecnológica digital global, há uma transferência de poder para cada cidadão. Se o poder é transferido para as nossas mãos, frente a um computador, isso implica que a formação ética tenha que ser muito sólida e que tudo o que acrescenta às utilizações tecnológicas tenha por base a construção de uma carta de princípios norteada pelo “infinitamente consciente” (Nicolescu, 2000: 63). Esta circunstância aponta para a necessidade de olharmos mais para nós próprios como humanidade e termos a consciência das nossas fragilidades e também da nossa finitude, percepção poderá continuar a expandir-se no espaço/tempo cibernético que “é um espaço de escolha humana” (Nicolescu, 2000: 64).

Tornar-se pessoa e cidadão digital é um processo continuado que envolve uma forte dinâmica das múltiplas dimensões do ser-se pessoa, um sentido holístico do ser-se pessoa, porque as novas TIC se constituem como um imenso território mediador de transformações; requer uma pessoa impregnada de uma cultura ao mesmo tempo tecnológica, social e humanística.

Assim coloca-se o enorme desafio de concretizar uma concepção de educação/formação inclusiva, promotora de reflexividade, como processo dinâmico de desenvolvimento humano, centrada na pessoa, concepção que não pode estar ausente de nenhum projecto educativo pessoal ou institucional das próximas décadas.

Referências

- Carvalho, Adalberto Dias (2000), *A Contemporaneidade como Utopia*, Porto, Edições Afrontamento
- Castells, Manuel (2004), *A Galáxia Internet*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (edição original 2001)
- Coelho-Rosa, Joaquim (2000a), “Curso de direitos humanos e cidadania”, Cascais, Setembro de 2000, [online] <http://phoenix.sce.fct.unl.pt/uied> = “Conceito de cidadania” in *Anais Educação e Desenvolvimento I* (2000), Lisboa, Unidade de Investigação Educação e Desenvolvimento, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (pp. 337-340)
- Coelho-Rosa, Joaquim (2000c), “Uma genealogia do conceito de sociedade”, Novembro de 2000, [online] <http://phoenix.sce.fct.unl.pt/uied>
- Comissão Europeia (1995), *Livro Branco sobre a Educação e a Formação, Ensinar e Aprender Rumo à Sociedade Cognitiva*, Bruxelas

Delors, Jacques (org.) (1996), *Educação, Um Tesouro a Descobrir*, Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, Porto, Edições ASA

Freire, Paulo (2001), *Pedagogia da Autonomia, Saberes Necessários à Prática Educativa*, Rio de Janeiro, Paz e Terra (edição original 1996)

Gouveia, Luis Borges e Joaquim Borges Gouveia (2003), “Autarquias digitais: promessas e desafios”, in Luis Borges Gouveia (org.) (2003), *Cidades e Regiões Digitais: Impacte nas Cidades e nas Pessoas*, Porto, Fundação Fernando Pessoa, Edições Universidade Fernando Pessoa, pp. 187-193

Habermas, Jürgen (1987), *Théorie de l'Agir Communicationnel*, 2 vols (Tome 1 — *Rationalité de l'agir et rationalisation de la société*; Tome 2 — *Pour une critique de la raison fonctionnaliste*), Paris, Fayard (edição original 1981)

Hauben, Michael e Ronda Hauben (1996), *Netizens: On the History and Impact of Usenet and the Internet*, [online] <http://www.columbia.edu/~hauben/netbook/> (a primeira edição impressa é de 1995 e a última actualização electrónica de 1996)

Kerckhove, Derrick de (2002), *The Architecture of Intelligence*, Turin, Birkhäuser

Kim, Amy Jo (2000) *Community-Building on the Web*, versão electrónica [online] <http://www.naima.com/community/index.html>, consultado em 25/09/2003

Lévy, Pierre (2000), *Cibercultura*, Lisboa, Instituto Piaget (edição original 1997)

Missão para a Sociedade da Informação (1997), *Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal*, Lisboa, Ministério da Ciência e Tecnologia = [online] <http://www.acesso.unic.pcm.gov.pt/docs/lverde.htm>, consultado em 15/07/2005

Niculescu, Basarab (2000), *O Manifesto da Transdisciplinaridade*, Hugin, Lisboa

Patrocínio, Tomás (2001), *Tecnologia, Educação, Cidadania – (Re)pensar projectos educacionais numa abordagem compreensiva da contemporaneidade*, Tese de Mestrado, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa

Patrocínio, Tomás (2004), *Tornar-se pessoa e cidadão digital*, Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (não publicada)

Pereira, Luís (2002), *As Políticas Públicas e a Sociedade da Informação*, Tese de Mestrado em Administração e Políticas Públicas, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (não publicada)

Perrenoud, Philippe (1998), “Cyberdémocratisation: les inégalités réelles devant le monde virtuel d’Internet”, *La Revue des Échanges* (AFIDES), Vol 15, nº2, juin 1998, pp. 6-10 [online] http://www.unige.ch/fapse/SSE/teachers/perrenoud/php_main/php_1998/1998_04.rtf (consultado em 15/07/2005)

Pinto, Manuel Luis da Silva (2002), *Práticas Educativas numa Sociedade Global*, Porto, Edições Asa

Ponte, João Pedro da (1997), *As Novas Tecnologias e a Educação*, Lisboa, Texto Editora

Poster, Mark (2002), “Cidadãos, media digitais e globalização”, in “Revista de Comunicação e Linguagens — A Cultura das Redes”, Actas do Congresso “A Cultura das Redes ICNC 2001, Lisboa, Relógio d’Água, pp. 21-34

Schnapper, Dominique (1998), “Os limites da expressão ‘empresa cidadã’” in Morin, Edgar e Ilya Prigogine (orgs.) (1998), *A Sociedade em Busca de Valores — Para Fugir à Alternativa entre o Cepticismo e o Dogmatismo*, Lisboa, Instituto Piaget (edição original 1996), pp. 91-100

Tedesco, Juan Carlos (2001), “La educación y la construcción de la democracia en la sociedad del conocimiento”, in “Educação, Competitividade e Cidadania”, Relato de um Seminário realizado em 19 de Março de 2001, Lisboa, Conselho Nacional de Educação, pp. 97-131

Thornburg, David (2002), *The New Basics — Education and the Future of Work in the Telematic Age*, Alexandria, Virginia USA, Association for Supervision and Curriculum Development

Touraine, Alain (1994), *Crítica da Modernidade*, Lisboa, Instituto Piaget (edição original 1992)

UMIC (2005), Unidade de Missão Inovação e Conhecimento, Agência para a Sociedade do Conhecimento, *Relatório de Actividades (Novembro de 2002 – Junho de 2005)*

Veiga, Luisa (2002), “Democracia e Educação para a Cidadania”, in *Anais Educação e Desenvolvimento 2* (2001), Lisboa, Unidade de Investigação Educação e Desenvolvimento, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, pp. 439-447